

31/05/2019 - 05:00

Em defesa das tarifas de carbono

Por **Adair Turner**

Em janeiro, 3.554 economistas americanos - entre os quais 27 laureados com o prêmio Nobel, quatro ex-presidentes do Federal Reserve (Fed, o BC dos EUA) e dois ex-secretários do Tesouro - propuseram a adoção de uma política até então herética. Os EUA, disseram eles, deveriam associar um preço interno do carbono a um "sistema de ajuste de carbono de fronteira". Ao apoiar tarifas que refletiriam a intensidade de carbono de produtos importados fundamentais, eles romperam com a ortodoxia de livre mercado de que as políticas ambientais nacionais não deveriam atravancar a liberalização do comércio mundial.



Eles estavam certos em fazer isso. Na ausência das tarifas de carbono, os temores em torno da "competitividade" continuarão a limitar a ação decisiva voltada para o combate à mudança climática prejudicial.

O obstáculo fundamental à descarbonização é o aparente paradoxo de que os custos são baixos no nível do consumidor final, mas elevados para uma empresa individual. Como enfatiza o recente relatório "Mission Possible", da Comissão de Transições Energéticas (ETC, nas iniciais em inglês), a tecnologia necessária para obter a descarbonização total da economia mundial até aproximadamente 2050 ou 2060, com efeitos muito pequenos sobre os padrões de vida das famílias, já existe. Se todo o aço usado na fabricação de automóveis fosse produzido de uma maneira zero em carbono, o preço de um carro comum aumentaria menos de 1%. O custo total para descarbonizar todos os setores mais difíceis de diminuir - indústrias pesadas, como a siderurgia, o setor de cimento e o de produtos químicos, e o transporte de longa distância (por caminhões, aviação e transporte marítimo) - não ultrapassaria 0,5% do PIB mundial.

Mas, encarados da perspectiva de uma empresa individual, os custos da descarbonização podem amedrontar. Produzir aço zero em carbono poderia acrescentar 20% aos custos totais de produção, e produzir cimento zero em carbono poderia duplicar os preços do cimento. Assim, qualquer empresa individual de aço ou cimento comprometida com emissões zero de carbono ou obrigada a fazer isso pela regulamentação ou pela fixação dos preços do carbono, poderia acabar tendo de fechar as portas caso seus concorrentes não enfrentassem limitações semelhantes.

Essa questão até agora bloqueou o uso eficiente de preços explícitos do carbono para impulsionar a descarbonização. Quase todos os economistas que aceitam a ciência climática acreditam que impostos sobre o carbono, ou preços fixados dentro de um esquema de transação de emissões, têm de fazer parte de qualquer reação ótima de política pública. Mas, mesmo em lugares em que essa política pública teoricamente desejável foi empregada - por exemplo, no âmbito do Sistema Europeu de Transações de Emissões -, os preços do carbono desempenharam papel menos importante no impulso à descarbonização do que a regulamentação de subsídios diretos à energia renovável.

A tarifa sobre o carbono poderia desencadear uma sequência de decisões nacionais independentes que impulsionam benéfica 'guerra competitiva' por meio da elevação dos preços' na qual preços quase iguais do carbono se disseminariam pelo mundo inteiro

A resposta óbvia é cobrar impostos de carbono em um país, ou em uma união aduaneira de vários países, com uma tarifa equivalente por tonelada de carbono sobre produtos importados intensivos no uso de carbono, associados a abatimentos de impostos para exportadores. Dez anos atrás, quando eu era presidente do Comitê sobre Mudança Climática do Reino

Unido, discutimos essa possibilidade. Mas ela se defrontou com uma barreira de oposição. Políticas desse tipo, disseram, infringiam as regras da Organização Mundial do Comércio (OMC), eram indesejáveis em princípio e desencadeariam aumentos de tarifas olho por olho, dente por dente.

Desde então, usamos com sucesso outros instrumentos de política pública para impulsionar a instalação em grande escala de sistemas de energia elétrica renováveis, com os custos tendo caído drasticamente. Mas, nos setores industriais, a multiplicidade de caminhos alternativos possíveis para a descarbonização torna essencial o uso do mecanismo do preço para desencadear uma busca, puxada pelo mercado, de soluções de custo mínimo. E, para fazer isso, precisamos de uma resposta para o problema da competitividade.

É por isso que o relatório "Mission Possible", da ETC, argumenta em favor da inclusão de ajustes de carbono de fronteira (tarifas de carbono) à caixa de ferramentas dos formuladores de políticas públicas, e é por isso que economistas americanos destacados chegaram à mesma conclusão. Eles argumentam agora em favor da adoção de um preço do carbono dentro dos EUA, associado com ajustes de fronteira que considerem o teor de carbono tanto dos produtos importados quanto dos exportados. Um esquema desse tipo "protegeria a competitividade americana e puniria a obtenção, sem custos, de benefícios por outros países".

Mas, embora os economistas formulem seu argumento em linguagem concebida para ter bons resultados nos EUA, essa política poderia, da mesma maneira, ser usada por outros países para defender seus setores produtivos contra produtos importados intensivos no uso de carbono provenientes dos EUA.

Na verdade, nenhum país comprometido com o enfrentamento da mudança climática deveria encarar essa proposta de política pública como uma ameaça à sua economia. Se um país aplica um imposto de, digamos, US\$ 50 por tonelada de dióxido de carbono emitida, com um imposto de fronteira equivalente incidente sobre produtos importados e com um abatimento para os exportadores, qualquer outro país que fizer o mesmo deixará seus setores produtivos exatamente na mesma posição competitiva relativa que antes de qualquer dos dois países ter introduzido a política.

Um acordo político mundial sobre a fixação de preços para o carbono se mostrou inalcançável. Uma tarifa sobre o carbono poderia desencadear uma sequência de decisões nacionais independentes que impulsionam uma benéfica "guerra competitiva por meio da elevação dos preços" na qual preços aproximadamente iguais do carbono se disseminariam pelo mundo inteiro.

Às vezes devem se abandonar tabus intelectuais. O ajuste de carbono de fronteira é uma ideia que chegou a hora de adotar. Ele poderia desempenhar papel importante para impulsionar avanços na direção da economia de carbono zero tecnológica e economicamente possível até meados do século. **(Tradução de Rachel Warszawski)**

Adair Turner, presidente do Instituto para o Novo Pensamento Econômico e ex-presidente da Autoridade de Serviços Financeiros do Reino Unido, é presidente da Comissão de Transições Energéticas. Copyright: Project Syndicate, 2019.

www.project-syndicate.org